

**Resultados do Primeiro ano do
Projeto de Regularização do Fluxo Escolar de 1^a à 4^a série do
Programa Educar para Vencer da
Secretaria de Educação do Estado da Bahia
Fevereiro de 2000**

João Batista Araujo e Oliveira
Consultor do Programa e Presidente da JM-Associados

Relatório apresentado à Secretaria de Educação do Estado da Bahia
Fevereiro de 2000.

Resultados do Primeiro ano do Projeto de Regularização do Fluxo Escolar de 1^a à 4^a série do Programa Educar para Vencer da Secretaria de Educação do Estado da Bahia Fevereiro de 2000

João Batista Araujo e Oliveira
Consultor do Programa e Presidente da JM-Associados

Síntese Executiva

O presente relatório apresenta os resultados do primeiro ano do projeto de regularização do fluxo escolar para alunos de 1^a à 4^a séries do ensino fundamental. O projeto se desdobra em dois componentes, um programa de alfabetização para alunos analfabetos que estão nas quatro primeiras séries e um programa para alunos defasados dessas mesmas séries.

O relatório se destina aos responsáveis por decisões da Secretaria de Educação do Estado e das Secretarias Municipais que direta ou indiretamente afetam as atividades do Programa Educar para Vencer e das escolas envolvidas no mesmo. Uma versão mais técnica e detalhada da avaliação, instrumentos e resultados será elaborada em outro documento.

O presente relatório tem os seguintes objetivos

- apresentar os principais resultados do primeiro ano do projeto
- analisar os custos e benefícios aportados pelo mesmo
- extrair conclusões e formular recomendações para os responsáveis pelas decisões relativas ao projeto, aos municípios e escolas envolvidas.

Os principais resultados do projeto apresentados no documento indicam que:

- a) O *componente de alfabetização* (classes preparatórias) atingiu apenas parcialmente o seu objetivo (75% de aprovações), mas conseguiu, em um ano, alfabetizar alunos que as mesmas escolas não conseguiram alfabetizar em mais de três anos.
- b) O *projeto de aceleração* atingiu os seus objetivos, no sentido de que a média dos alunos é compatível com a média dos concluintes da 4^a série regular das redes estaduais e municipais, conforme aferido através de avaliação externa.

- c) Os indicadores de abandono e transferência são elevados, porém marcadamente menores do que os mesmos indicadores nas mesmas escolas, o que revela efeitos positivos da intervenção do projeto em reter os alunos.
- d) Os indicadores de custo dos dois componentes do projeto apresentam taxas de retorno que variam de 2,18 a 5,07 vezes. Dessa forma, o investimento de 3,8 milhões realizado no ano 2.000 resulta em um ganho imediato de 8 a 19 milhões de reais, dependendo dos critérios de comparação utilizados.
- e) Permanece uma forte e injustificada cultura da repetência nas escolas, e há evidências de um igualmente forte preconceito contra alunos analfabetos, repetentes e defasados, por parte dos professores, e um alheamento e irresponsabilização dos diretores por essas questões
- f) Para que o projeto possa atingir os objetivos desejados há necessidade de rever e aprimorar os sistemas de financiamento, decisão e de implementação de decisões, assegurando-lhe o tratamento prioritário anunciado quando de seu lançamento.

O relatório se divide em quatro partes. A primeira apresenta e analisa os resultados do componente de alfabetização. A segunda, os do componente aceleração. A terceira os custos e benefícios. E a última apresenta conclusões e recomendações.

Alfabetização (classes preparatórias)

Levantamentos realizados nas escolas integrantes dos municípios do Educar para Vencer no final dos anos 1999 e 2000 pela equipe que gerencia o projeto revelam que cerca de 35 a 40% dos alunos defasados das quatro primeiras séries do ensino fundamental das escolas estaduais e municipais não possuem as competências básicas de leitura e escrita. Para superar esse problema foi adotada uma adaptação do método Dom Bosco de Alfabetização desenvolvida e testada pelo Instituto Ayrton Senna. O método foi utilizado com professores das redes estaduais e municipais que receberam orientações iniciais e supervisão durante todo o ano, realizada através de visitas semanais às suas classes e reuniões quinzenais de revisão e planejamento didático.

No ano de 2000 foram matriculados 10.990 alunos nas classes de alfabetização em 45 municípios, 451 escolas sendo 123 estaduais e 323 municipais, e 493 classes.

Os principais resultados estão apresentados abaixo:

	Total	%
Matrícula inicial	10.990	100,0
Matrícula final	9.302	84,6
Abandono	1.288	11,7
Transferência	460	4,0
Aprovados	6.735	72,4

As taxas de abandono e transferência, ambas elevadas, são inferiores às taxas médias de abandono das respectivas redes de ensino, que são da ordem de 16% no Estado da Bahia (Censo 2000), o que pode ser explicado pelos esforços do projeto em reter os alunos durante o ano letivo.

O índice de aprovação (77,4%) pode ser interpretado pelo menos de duas maneiras.

De um lado caberia indagar como e porque um projeto voltado para a regularização do fluxo escolar e que preconiza a pedagogia do sucesso, em oposição à pedagogia da repetência, apresente índices tão elevados de repetência – 27,6% – índices próximos ou mesmo superiores às elevadas taxas de reprovação praticados nas séries iniciais das escolas públicas do estado da Bahia. Este fato revelaria um fracasso parcial do programa, sobretudo do grau de institucionalização de suas orientações a respeito de recuperação paralela e das demais responsabilidades do professor e da escola em relação ao aluno. Este problema pode ser atribuído, em parte, à falta de uma total e adequada implementação dos mecanismos de supervisão e acompanhamento dos professores. De outro, e complementarmente, à persistência da cultura da repetência, aliada à falta de participação e responsabilização dos diretores das escolas pelos resultados das mesmas. Cabe considerar que esses resultados devem considerados como preliminares, tendo em vista ações corretivas que estarão sendo implementadas no início do ano letivo de 2001 para recuperar os alunos que não foram aprovados a tempo de re-enturmá-los adequadamente.

Mas há outra interpretação possível para examinar esses mesmos resultados, derivada de uma perspectiva comparativa: o projeto conseguiu, em um ano, alfabetizar alunos que estavam matriculados há 3 anos, em média, nas escolas públicas, sem qualquer sucesso, apesar de muitos deles terem sido inclusive promovidos para séries posteriores – há alunos analfabetos até na quarta série. Nessa perspectiva, apesar do sucesso limitado, esses resultados indicam uma notória diferença com os resultados do sistema regular de ensino em relação a esse grupo de alunos: foram recuperados, em um ano, 72,4% de alunos que anteriormente eram considerados como irrecuperáveis, e que permaneceram nas escolas, em média, por mais de três anos, sem qualquer progresso observável.

A aceleração

O componente de aceleração da aprendizagem do projeto de regularização do fluxo escolar tem como público-alvo alunos multirepetentes e alunos defasados com dois ou mais anos de atraso escolar. Foi utilizada a metodologia desenvolvida pelo programa Acelera Brasil, envolvendo 13.484 alunos em 45 municípios, 451 escolas, sendo 123 estaduais e 323 municipais e 658 classes.

Os principais resultados da avaliação interna do projeto estão apresentados abaixo:

	Total	%
Matrícula inicial	13.484	100,0
Matrícula final	11.701	86,7
Abandono	1.311	9,7
Transferência	662	4,9
Aprovados	11.311	95,15

As taxas de abandono são elevadas, embora marcadamente inferiores às taxas médias de abandono das respectivas redes de ensino apresentadas pelo Censo 2000 (16% na

Bahia), o que possivelmente pode ser explicado pelos esforços e estratégias do projeto em reter os alunos durante o ano letivo. Observe-se no entanto que essas estratégias ainda não foram disseminadas para a cultura da escola.

A taxa de aprovação (95%) também ficou aquém do esperado, 100%, embora seja quase três vezes menor do que o índice de 14,2% de reprovação no sistema regular. No momento em que o presente relatório estava sendo elaborado a equipe responsável pela gestão do projeto ainda não havia concluído os levantamentos individuais para identificar as explicações para esses casos de reprovação,. Esses dados deverão ser utilizados para orientar estratégias de recuperação e evitar, pelo menos no âmbito do projeto, a adoção práticas de reprovar o aluno que não são baseadas em critérios defensáveis, nem em políticas de responsabilização dos professores, diretores e escolas.

A taxa de aprovação de 95% , na verdade, representa mais do que mera aprovação, na medida em que a maioria dos alunos não apenas foi aprovada, mas foi acelerada para séries mais adiantadas, conforme apresentado no quadro abaixo:

	Número de alunos	Alunos aprovados	Alunos acelerados	Total de séries cursadas
Aprovados p/série seguinte	4264	4264	-	4264
Aprovados da 1 ^a p/3 ^a série	95	95	95	190
Aprovados da 1 ^a e 2 ^a / para 4 ^a série	1001	1001	1501	2502
Aprovados das 3 primeiras para a 5 ^a série	5272	5727	8790	14.517
Total	11.131	11.087	10.386	21.473

A coluna “alunos acelerados” foi elaborada com base num salto médio de 1,5 séries adicionais para os alunos promovidos para a 4^a e 5^a série, e de 1 série adicional para os alunos promovidos para a 3^a série (passaram da primeira para a segunda e foram acelerados para a terceira). Se dividirmos o total de séries cursadas pelo número total de alunos aprovados teríamos 1,91, o que significa que, em média, cada aluno foi aprovado no equivalente a quase 2 séries.

A meta do programa é levar os alunos para a 5^a série, sabendo-se que sempre haverá um contingente de alunos que não dedicará o tempo e esforço necessários para dar esse salto. Deste ponto de vista, atingiram essa meta 5.727 alunos – os que foram acelerados para a 5^a série, além dos alunos que estavam na 4^a série e foram aprovados para a série seguinte (aprovados, mas não acelerados).

Além da avaliação interna, pelos professores, foi realizada uma avaliação externa, pela Agência de Avaliação da Universidade Federal da Bahia em 8 de novembro de 2.000, utilizando um teste idêntico ao teste aplicado a alunos da 4^a série do ensino regular nas disciplinas de Português e Matemática. A razão para aplicar o mesmo teste se fundamenta na proposta do programa, que visa a estabelecer critérios para justificar a proposta de acelerar os alunos para a 5^a série.

O resultado desses testes estão apresentados no quadro abaixo:

	Número de alunos no teste	Média em Aritmética	Desvio Padrão	Média em Português	Desvio Padrão
4ª série regular	27062	19,64	6,77	20,94	7,38
Regularização	2.726	16,73	7,11	17,16	7,18

Nota: o número de alunos nos testes de Português e Aritmética foi ligeiramente diferente. As amostras são consideradas representativas e grandes o suficiente para permitirem as conclusões abaixo, mas não são adequadas para conclusões a respeito de escolas ou redes individualmente.

Os resultados indicam, em primeiro lugar, um nível de desempenho muito baixo em todos os grupos. Trata-se de um teste de valor máximo de 40 pontos. Esses resultados são consistentes com o desempenho dos alunos da Bahia no SAEB, embora ainda não se possam fazer comparações diretas com o teste do SAEB antes de outras análises que estão sendo realizadas pela Agência.

Em segundo lugar os resultados indicam que não há diferenças marcantes no desempenho de escolas das redes municipais e estaduais – mesmo considerando-se o fato de que cerca de 40% do alunado das escolas municipais e do projeto estudam em escolas rurais. A amostra não permite uma análise de cada município separadamente, apenas dos agregados, ou seja, o conjunto dos alunos de escolas estaduais e de escolas municipais. No entanto em 8 dos 45 municípios o programa de aceleração apresentou resultados médios inferiores a 15 pontos – o que não ocorreu com os resultados da 4ª série regular nesses mesmos municípios.

Uma análise das médias revela que há diferenças estatisticamente significativas entre os grupos. A observação dos desvios padrões denota uma grande dispersão dentro dos grupos – o que revela uma forte heterogeneidade. Como as médias são muito próximas, isso significa que um contingente elevado de alunos de um grupo possui características comuns ao outro grupo, embora, como um todo, se trate de populações estatisticamente diferentes. Esse dado, no entanto, não tem grande significado, dado que tais diferenças podem ser conseguidas simplesmente pelo efeito dos grandes números envolvidos.

Os dados foram submetidos a testes adicionais para medir o “size effect” ou seja, se há diferença educacionalmente significativa entre os dois grupos, mas os resultados foram negativos. Ou seja, pode-se afirmar com segurança que as diferenças entre os dois grupos, embora estatisticamente significativas, não constituem diferenças educacionalmente significativas. Em outras palavras, os dois grupos são praticamente equivalentes em seu desempenho educacional.

Esses resultados trazem duas implicações importantes. Em primeiro lugar, revelam que para 95% dos alunos, aprovados pelos seus professores, o projeto cumpriu plenamente a sua meta. Em segundo lugar sugerem que pelo menos 95% dos alunos poderiam ter sido

promovidos para a 5ª série. A não promoção possivelmente reflete menos o nível de desempenho desses alunos em relação a alunos de 4ª série, e muito mais a força dos hábitos, atitudes, temores e preconceitos dos professores em relação a esses alunos, e a falta de políticas claras das Secretarias e das direções de cada escola a respeito de critérios de aprovação.

Os resultados da avaliação interna do projeto, quando contrastados com os da avaliação externa, revelam que as escolas da Bahia adotam, nos seus critérios de promoção, três pesos e três medidas. Um peso para alunos analfabetos crônicos – que são promovidos apesar de serem analfabetos. Um peso para alunos que, de uma forma ou outra, conseguiram chegar à 4ª série. E um peso diferente, mais exigente, para alunos defasados e multirepetentes. Essas são apenas algumas das evidências da “pedagogia da repetência” que ainda predomina na maioria das escolas públicas estaduais e municipais do estado.

Custos e benefícios

A presente análise apresenta uma primeira versão de um estudo de custos apenas para ilustrar a ordem de grandeza dos custos e benefícios econômicos deste projeto.

Os custos totais do projeto, no ano de 2000 estão apresentados no quadro abaixo:

Pessoal	918.586,00
Investimentos	2.523.784,01
Outros custos	365.657,99
Total	3.808.028,00

Dados fornecidos pela Dra. Rosa Hashimoto, Diretora da FLEM, Fundação Luis Eduardo Magalhães, Janeiro de 2000.

Os custos de pessoal referem-se essencialmente aos pagamentos a funcionários e técnicos da administração central do projeto, líderes municipais e assistência técnica. Os investimentos referem-se a materiais didáticos que são consumidos num ano. Uma pequena parcela refere-se à aquisição de computadores, que poderão durar mais de um ano. Como esses custos são muito reduzidos, face ao total dos custos de investimento, eles são amortizados em 100% neste primeiro ano. “Outros custos” referem-se basicamente a despesas de comunicação e transportes.

Os únicos custos não computados no total referem-se aos salários dos 120 supervisores, que são professores das redes estaduais e municipais alocados ao projeto. A rigor esses custos deveriam ser incluídos nos cálculos. Na prática esses custos não são muito relevantes por duas razões. Primeiro porque já foram absorvidos como parte dos custos normais das redes de ensino, já que esses supervisores já estavam incluídos nas folhas de pagamento executando outras funções. Portanto, são parte do custo/aluno que será considerado adiante. Segundo porque no total não afetam o tipo de raciocínio e as conclusões que serão tiradas adiante.

A única diferença entre os custos dos dois componentes – alfabetização e aceleração – reside no preço dos materiais dos alunos, e essa diferença é de menos de 10% do total.

Por isso, torna-se mais simples e prático dividirmos o custo total de R\$ 3.808.028,00 pelo total de alunos dos dois programas, no início do ano. Dessa forma, teríamos um custo/aluno de R\$ 155,00 aluno/ano. Se consideramos apenas os alunos aprovados (17.823, nos dois projetos), o custo aluno subiria para R\$ 213,00 aluno/ano. As análises posteriores utilizam esse valor, por ser mais conservador e considerar os custos efetivamente feitos – incluindo as perdas com abandono e reprovação. Esse custo também incorpora as “perdas” com transferência, que numa análise mais rigorosa de custos deveriam ser excluídos, já que os alunos são reabsorvidos por outras escolas.

A- Alfabetização

1. O custo aluno adicional de 213 reais significa que um aluno, efetivamente, custou em média 613 reais, já que a Secretaria Estadual de Educação e os municípios já gastam, em média, 400 reais por aluno/ano. Como comparar esses custos com o ensino regular? No caso deste grupo de alunos, a média de permanência desses alunos na escola foi de 3 anos. Isso significa que o projeto conseguiu, em três anos, resultados notadamente superiores (aprovação de 95% que foram efetivamente alfabetizados) aos que as escolas não vinham logrando. Sem considerar essa diferença (ser alfabetizado), podemos comparar os custos das duas alternativas (aprovação automática sem alfabetizar e alfabetização em um ano):

- sistema regular (aprovação automática sem alfabetizar): custos de 3 anos x 400 reais = 1.200 reais
- alfabetização: custo de 613 reais
- Diferença: $1.200 - 613 = 587$. Ou seja, para cada 213 reais adicionais gastos, estado e municípios deixaram de gastar 587 reais – que é o que vêm gastando com o sistema de aprovação automática sem alfabetizar.
- Isso significa uma taxa de retorno de 2,75. Aplicada ao conjunto de alunos, significa que o estado gastou $10.990 \times 613 = \text{R\$ } 6.736.870,00$ para alfabetizar os alunos, ao invés de ter gasto 13.188.000,00 em três anos para não alfabetizá-los, o que significa uma economia de R\$ 6.451.130,00. Sem contar que, além da economia, 6.735 alunos foram alfabetizados, o que não vinha ocorrendo na alternativa de aprovação automática.

B- Aceleração.

Dos 13.484 alunos inicialmente inscritos permaneceram 11.673 até o final do ano, e desses 95% foram aprovados. Só que, nesse caso, os alunos foram aprovados para diferentes séries. A taxa de aceleração média dos aprovados foi de 1,9 séries/aluno. Para simplificar o raciocínio, tomemos apenas esse dado para a análise de custos:

- sistema regular: custo de 1,9 anos de escolaridade = $400 + (400 \times .9) = 760$ reais
- aceleração: custo de 610 reais
- Diferença; $760 - 610 = 150$ reais. Ou seja, para cada 213 reais adicionais gastos, estado e municípios deixaram de gastar 150 reais adicionais.

- Isso significa uma taxa de retorno de .70 (150/213). No conjunto, ao invés de ter gasto 13.484 x 760, ou seja, R\$ 10.247.840,00 foram gastos R\$ 8.265.692,00 (incluindo os custos normais e os custos adicionais do projeto) o que representa uma economia de R\$ 1.982.148,00
- No entanto, essa comparação não revela o verdadeiro impacto econômico do projeto. Na verdade, a comparação deve ser feita com o quanto se gastaria para obter esse número de aprovações. Em média, o aluno multirepetente típico do programa leva dois anos para ter uma aprovação. Portanto, temos que comparar o gasto do projeto com um custo de 13.484 x 3,8 séries, que custam 1.520 reais. A diferença, portanto, é de 1.520 – 613 = 907 reais.
- Isso significa uma taxa de retorno de 4.25 (907/213). Em reais, isso dá um total de R\$ 20.495.680,00, e um saldo positivo a favor do projeto de R\$ 12.229.988,00.

Um outro raciocínio seria ainda mais apropriado: na verdade, se fossem adotados com os alunos do projeto os mesmos critérios que as escolas usam para aprovar os demais alunos da 4ª série do ensino regular – conforme comprovado pela avaliação externa - pelo menos 90% dos alunos que concluíram o programa deveriam ter ido para a 5ª série. Isso significaria um salto médio, desses alunos, de 2,5 séries, ou seja: $11.088 \times 2.5 = 27720$ séries. Nesse caso as taxas de retorno seriam superiores a 700%. Esse raciocínio é rigorosamente amparado pelos resultados da avaliação externa, mas bloqueado pelos hábitos da cultura da repetência. Esta é uma das formas de avaliar os custos que as Secretarias de Educação estão pagando ao optarem por concentrar seus esforços nas questões pedagógicas, de capacitação de professores e micro-gerenciamento das escolas, deixando às escolas o papel de fazer as verdadeiras políticas educacionais, particularmente a nefasta política da repetência.

Todos esses cálculos não incluem outros benefícios pedagógicos e econômicos que poderão advir do programa, como a diminuição (e idealmente a eliminação da repetência) a redução do número de alunos no ensino fundamental e a conseqüente redução do número de vagas, escolas e professores. No estado da Bahia, essa redução deverá representar uma redução de mais de um milhão de vagas – ou seja, mais de 400 milhões de reais por ano que poderão ser utilizados para melhorar a qualidade do ensino e que poderiam até mesmo dobrar o salário dos professores.

Implicações e recomendações

Dos resultados e análises apresentados anteriormente podemos extrair as seguintes conclusões:

A- Alfabetização

1. Os resultados podem ser considerados excepcionais. Em um ano foi feito o que as escolas não vêm conseguindo em 3 ou 4 anos com esses mesmos professores e alunos. Isso prova, também, que o problema da aprendizagem não reside no professor nem no aluno, mas nas condições de ensino. Se ensinado adequadamente, o aluno aprende.

2. A cultura da repetência ainda permanece e é muito forte. Será necessário um grande esforço de diálogo e convencimento para ajudar os professores a melhor compreenderem o processo de ensino, o processo de avaliação e a consequência de seus atos. Isso não significa promoção automática, mas uma maior objetividade e equidade na aplicação de critérios de promoção. Atualmente os que não se alfabetizam são duplamente punidos (não aprendem e são promovidos sem mérito). As mesmas escolas praticam, ao mesmo tempo, dois critérios: a repetência em massa para alguns, que consideram fracos, e a aprovação automática para os que a escola não vem conseguindo alfabetizar.
3. É possível que um percentual dos alunos, 1, 3, talvez até 5 ou 8% sofram de problemas, inclusive de natureza mental e de desenvolvimento, que não seja possível sanar com essa abordagem. Mas certamente um índice de quase 30% de repetência como o reportado para o ano 2000 é injustificável. Para que o projeto possa continuar com sua proposta, é imperiosa a adoção de medidas de recuperação que permitam aos alunos reprovados em 2000 serem reentremados de forma adequada, e em condições de progredir.

B- Aceleração

4. Esse componente do projeto atingiu os seus objetivos. O desempenho médio dos alunos é compatível com o desempenho médio dos alunos de 4ª série. Embora ambiciosa, a proposta revelou-se factível na Bahia- como já havia sido comprovado em diversos outros pontos do país pelo programa Acelera Brasil.
5. A cultura da repetência e da retenção ainda predomina. A avaliação externa sugere que praticamente todos os alunos têm desempenho equivalente aos alunos de 5ª série. Mas os professores preferem adotar outros critérios para esses alunos – mais rigorosos do que os critérios aplicados aos alunos de 4ª série do ensino regular.
6. Dentro do próprio projeto, ainda não se alcançou o índice de 100% desejado. Há diversas razões explicativas que estão sendo investigadas, mas que sugerem a necessidade de esforço adicional para que o programa atenda às necessidades e peculiaridades de todos os alunos. 95% é um índice muito elevado pelos padrões nacionais, mas aquém dos objetivos de um programa que quer romper com o fracasso escolar.
7. Existem alguns municípios, cerca de 8 (oito) cujo desempenho é flagrantemente inferior à média, e que precisam de atenção especial.

C- Em relação aos dois componentes:

8. O retorno do investimento é inigualável. Na estimativa mais conservadora, as taxas de retorno são superiores a 40% ao ano. Nas estimativas mais objetivas, podem variar de 70 a 700%, dependendo do ponto de vista adotado – todas elas indicando retornos significativos e positivos.
9. Os dois projetos foram implementados, em larga escala, no prazo de um ano, com resultados positivos também em outros aspectos, como as taxas de frequência, abandono e transferência. Evidentemente esses progressos ainda não foram transferidos para a cultura da escola, pois esses mesmos índices são bastantes superiores, nas mesmas escolas onde operam esses projetos.

D- Sugestão para decisões e ações visando regularizar o fluxo escolar:

Projeto:

- estabelecer um programa de recuperação para os mais de 2000 alunos de alfabetização não aprovados, de forma a assegurar seu progresso escolar ainda no início do ano de 2001.
- aprimorar mecanismos de acompanhamento para assegurar significativas reduções nas taxas de abandono e transferência e faltas de alunos e professores
- assegurar mecanismos de recuperação que permitam a inclusão de todos os alunos nos benefícios do projeto
- assegurar mecanismos de supervisão que permitam uma aferição e promoção justas dos alunos.

Secretaria Estadual de Educação

- Assegurar condições de infra-estrutura, comunicações e recursos em quantidade e no tempo adequado para que os projetos possam operar sem desgaste exaustivo, aprimorando os mecanismos de decisão para assegurar a fluidez de decisões e recursos. Isso requer, no mínimo, a revisão do orçamento previsto para o ano 2001, um cronograma para tomadas de decisão, de forma a não atrasar o andamento do projeto e um atendimento prioritário, dentro da Secretaria, para as questões gerenciais que vão sendo suscitadas. Do ponto de vista orçamentário, as taxas de retorno do projeto não justificam a busca de cortes que resultam em pequenas economias operacionais mas que acabam mutilando o projeto ou drenando a atenção, energia e tempo dos responsáveis pelo gerenciamento do projeto.
- Assegurar o efetivo comprometimento dos prefeitos, sobretudo através de uma atuação efetiva da equipe de articulação municipal, garantindo as condições para a implementação adequada do programa nas redes municipais e a independência necessária para a escolha e atuação dos líderes municipais.

Secretaria Estadual e Secretarias Municipais de Educação

- Adotar novas práticas de gestão e supervisão escolar com ênfase em resultados, e não em processos ou no micro-gerenciamento das escolas.
- Assegurar o efetivo comprometimento e co-responsabilização dos diretores das escolas na consecução dos objetivos do programa EDUCAR PARA VENCER, e especialmente com os objetivos deste projeto. Para que o projeto atinja seus objetivos, ele tem que ser

incorporado ao PDE e ao termo de compromisso dos diretores com a Secretaria, e transformar-se em foco prioritário de atenção. Além dos componentes de alfabetização e aceleração, o sistema de supervisão de escolas deve concentrar sua ênfase nos seguintes aspectos:

- (i) designação de professores para as classes do projeto e para as classes regulares de alfabetização;
 - (ii) acompanhamento de frequência de alunos e professores,
 - (iii) implementação efetiva do programa CAPACITAR para todos os professores de 1^a à 4^a série das escolas
 - (iv) adoção de mecanismos adequados, justos e defensáveis para decidir sobre aprovação dos alunos dos dois componentes, sem discriminação ou preconceito injustificado.
- Assegurar que as escolas adotam, em seus PDEs, políticas que viabilizem a revisão de programas de ensino, critérios para escolha de livros didáticos e a indicação de professores especializados, pelas escolas, que efetivamente alfabetizem os alunos até o final da primeira série do ensino fundamental. Para isso é fundamental estabelecer as condições materiais para que as escolas possam operar de forma autônoma, com mecanismos adequados de supervisão.

Os resultados aqui apresentados sugerem que o projeto de regularização do fluxo escolar é capaz de lograr os resultados pretendidos no que se refere à alfabetização e aceleração de alunos defasados. Mas a efetiva regularização do fluxo escolar a longo prazo depende de medidas complementares que integram o conjunto de ações do EDUCAR PARA VENCER. O descompasso entre as diversas ações do programa pode comprometer os objetivos mais amplos que se pretende alcançar.

File: Ba-AVAfinal1-4em7fev

Resumo Geral das Classes Preparatórias e de Aceleração

Nº	MUNICÍPIO	Nº ESCOLAS			Nº CLASSES	
		EST.	MUNIC	TOTAL	PREPAR A	ACEL
1.	ADUSTINA	1	8	9	10	19
2.	AIQUARA	3	2	5	4	6
3.	AMARGOSA	1	11	12	9	11
4.	ANTAS	3	7	10	11	16
5.	APUAREMA	1	2	3	6	11
6.	BANZAË	1	10	11	9	7
7.	BAR. DO ROCHA	3	11	14	8	18
8.	BOA NOVA	3	1	10	8	12
9.	BELMONTE	2	8	4	6	7
10.	CEL. JOÃO SÁ	2	6	8	10	20
11.	CÍCERO DANTAS	3	8	11	20	21
12.	CIPÓ	4	13	17	21	19
13.	CRISÓPOLIS	3	8	11	5	10
14.	DÁRIO MEIRA	2	5	7	13	17
15.	EUNÁPOLIS	4	0	4	2	6
16.	FÁTIMA	0	7	7	7	11
17.	GUARATINGA	1	17	18	10	30
18.	HELIÓPOLIS	1	12	13	8	12
19.	IBIRATAIÁ	4	7	11	15	16
20.	IPIAÚ	3	7	10	13	14
21.	ITABELA	1	11	12	16	25
22.	ITAGI	1	4	5	9	18
23.	ITAGIBÁ	3	2	5	8	9
24.	ITAGIMIRIM	4	1	5	5	9
25.	ITAPEBI	2	8	9	12	15
26.	ITAPICURU	1	8	9	9	9
27.	ITAQUARA	3	9	12	9	10
28.	JAGUAQUARA	4	6	10	19	20
29.	JEQUIÉ	5	5	10	17	26
30.	JITAÚNA	4	5	9	11	13
31.	LAF. COUTINHO	1	5	6	3	5
32.	NOVA SOURE	3	6	9	5	6
33.	NOVO TRIUNFO	2	6	8	6	13
34.	OLINDINA	4	10	14	16	10
35.	PARIPIRANGA	2	5	7	11	16
36.	P. ALEXANDRE	1	7	8	7	20
37.	PORTO SEGURO	3	13	16	20	4
38.	RIB. DO POMBAL	6	10	16	12	19
39.	RIB. do AMPARO	3	14	17	11	18
40.	SALVADOR (1/A)	10	0	11	18	23
41.	SALVADOR (1/B)	9	0	9	19	18
42.	SIMÕES FILHO	0	17	17	20	31
43.	STA. C. CABRÁLIA	1	6	7	6	1
44.	SÍTIO do QUINTO	1	9	10	8	16
45.	UBATÁ	5	10	15	19	21
T O T A L		123	328	451	493	658

Fonte: Equipe de Coordenação do Projeto de Regularização do Fluxo Escolar de 1ª à 4ª série.